

Krause ameaça suspender aval aos estados e pede "garantias reais"

Edson Gês

Rio — O ministro da Fazenda, Gustavo Krause, disse ontem, no Rio, que o governo poderá limitar e até mesmo suspender futuros avais em empréstimos para estados e municípios. De acordo com o ministro, "quando se pede um aval, o tomador do empréstimo o faz na certeza de que o Tesouro é que vai honrar os compromissos". Krause informou que o Tesouro é hoje avalista de empréstimos de estados e municípios no valor de mais de US\$ 40 bilhões (Cr\$ 324,88 trilhões). O ministro acha que, de agora em diante, todo o aval terá que ser bem estudado e só poderá ser dado com garantias reais.

O ministro, que ontem participou da abertura da 26ª Convenção da Federação Latino-Americana de Bancos (Felaban), no Hotel Intercontinental, está preocupado não só com as dívidas dos estados, mas também com o que classificou de "calote circular". Krause disse que



Krause: aval cobre US\$ 40 bi

"é preciso pôr um ponto final no calote circular dentro do setor público, onde ninguém paga a ninguém, para, em última análise, a sociedade — através do Tesouro — responder ora pelo desperdício, ora pela irresponsabilidade gerencial". O ministro reconheceu que não será fácil resolver o problema do endivi-

damento dos estados, mas alertou que existe uma lei, do tempo da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, de renegociação das dívidas. "Só que há dez meses ninguém renegocia nada e se não houve recomposição das dívidas é porque ou a lei é ruim ou não houve vontade política para isso", disse o ministro.

Gustavo Krause contou que está discutindo com os estados o problema do endividamento para que se possa, pelo menos, restabelecer o fluxo de capital entre eles e a União. Ao levantar a possibilidade de suspender futuros avais, o ministro ponderou, no entanto, que terá sensibilidade para os projetos considerados de grande importância. Os avais, explicou o ministro Gustavo Krause, "só com garantias e liquidez, pois um aval do Tesouro deve ser um ato subsidiário e não principal como, aliás, acontece nas relações entre as empresas privadas".